

Banerj é aconselhado a reduzir investimento

BRASÍLIA — O Presidente do Banco do Estado do Rio de Janeiro (Banerj), Marcelo Alencar, informou ontem que os dirigentes do Comitê Interministerial de Acompanhamento da Execução dos Orçamentos Públicos (Comor) reconheceram as dificuldades de corte nas despesas de custeio do setor público, que implicariam redução do número de empregados e do nível de remuneração na área oficial.

A recomendação do Comor, segundo Marcelo Alencar, foi a de um esforço adicional na contenção dos gastos de investimento para compensar a expansão na área de custeio e garantir o cumprimento das metas de déficit público fixadas pelo Fundo Monetário Internacional (FMI).

O Presidente do Banerj, juntamente com os representantes de todos os bancos estaduais do País, participou da reunião especial promovida ontem pelo Comor, com o objetivo de promover a adesão de todos os bancos oficiais, estaduais e federais, ao programa de redução do déficit público. O principal instrumento do Governo para o controle das fontes de financiamento ao setor público — a Resolução 831 — será aplicado com rigor, segundo os

pronunciamentos relatados por Marcelo Alencar.

O Diretor da Área Bancária do Banco Central, José Luiz Silveira Miranda, que também participou da reunião, afirmou que o cumprimento da Resolução 831 é fundamental para que o Governo possa conduzir uma política monetária menos rígida, com consequente redução das taxas de juros.

— Qualquer desajuste na 831 terá que ser compensado com uma estratégia mais restritiva no **open** — afirmou Silveira Miranda.

Marcelo Alencar, entretanto, alertou para as “dificuldades profundas” que serão enfrentadas por Estados e municípios, em função das restrições de financiamento ao setor público. Ele defendeu a exclusão do controle da 831, sobre as antecipações de receitas repassadas aos municípios, que atendem a necessidades prementes das administrações municipais, como o pagamento de folhas salariais.

Em resposta, os representantes do Comor recomendaram que cada caso seja encaminhado ao Banco Central, que os examinará isoladamente e com uma ótica rigorosa.